

MÍDIA E RACISMO NO BRASIL

Vagner Aparecido de Moura (PUCSP)

moura_vagner@ig.com.br

Cleide Aparecida Moura (UNICSUL)

1. Considerações iniciais

*Estou farto do lirismo comedido,
Do lirismo bem comportado,
Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente protocolo e manifestações de apreço do sr. diretor.
Estou farto do lirismo que para e vai averiguar no dicionário o cunho vernáculo de um vocábulo...*

(MANUEL BANDEIRA)

Dando continuidade ao excerto de Manuel Bandeira, estou farto de minha atitude blasé de vivenciar, na sociedade contemporânea, cosmopolita, multifacetada em termos étnico e cultural, a “pseudodemocracia” política e racial, a ausência de criticidade dos transeuntes que me cercam nas ruelas do centro de São Paulo ou em grandes avenidas, “engarrafadas” pelo caos do trânsito de São Paulo. Ao sentir-me preso aos pseudovalores, construídos socialmente, e ao caos do trânsito de São Paulo, no dia 28 de março de 2011, sou impelido a ter um contato mais intrínseco com o meu ser que suscita uma reflexão:

Ao circular pela cidade, percebi que o ar me sufoca, as pessoas me contaminam com suas falsas ideologias, amores e perspectivas. Sentir esse mal estar, provoca um desequilíbrio que nos leva a repensar acerca dos nossos anseios/realidade. A oposição realidade/anseios é um duelo dialético que se mantém em constantes mutações que, às vezes, chega um choque anafilático.

Tais elucubrações são oriundas do fato de que o homem, de acordo com Simmel (2005, p. 578), “é um ser que faz distinções, isto é, sua consciência é estimulada mediante a distinção da impressão atual frente a que lhe precede”. Por outro lado salienta que

as impressões persistentes, a insignificância de suas diferenças e regularidades habitual de seu transcurso e de suas oposições exigem por assim dizer menos consciência do que a rápida concentração de imagens por em mudanças, o intervalo ríspido no interior daquilo que se compreende com um olhar, o caráter inesperado das impressões que se impõem. (SIMMEL, 2005, p. 578).

Ademais, para alguns transeuntes que circulam pela cidade de São Paulo a consciência do homem “carrega um tão pesado fardo de horror que só no tumulto consegue libertar-se dele” (POE, 1999), visto que a consciência crítica e reflexiva causa inquietações em nossa existência e assim desestabiliza o pseudomundo das “certezas”. Nesse estádio, arraigado de instabilidade suscitada pela lucidez e pela criticidade a despeito dos questionamentos acerca dos fatos que nos cercam no cotidiano, deparei-me, por intermédio dos meios de comunicação: internet, rádio, TV, revistas, no dia 30 de março de 2011, com o ato enunciativo do deputado Jair Bolsanaro¹⁶¹ “preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados. E não viveram em ambiente como lamentavelmente é o teu”, utilizado pelo deputado para contestar a seguinte arguição proferida pela cantora Preta Gil: “Qual seria a reação dele se seu filho se apaixonasse por uma negra”.

Esse contexto impele-nos, discutir, em um primeiro momento, sobre o corpus, a teoria que fundamenta a análise, as condições de produção que perpassam por esse discurso: o mito da democracia racial, mídia e racismo no Brasil, estereótipo da mulher negra na sociedade brasileira e identidade cultural do afro-brasileiro, por um viés histórico e antropológico com a finalidade de analisar, por intermédio dos princípios da análise discursiva francesa, o discurso do deputado e os seus desdobramentos no cenário brasileiro.

2. *Sobre o corpus*

O CQC¹⁶² é um programa humorístico brasileiro – produzido E-works e exibido pela rede Bandeirantes desde 17 de março de 2008 –, que aborda, por um viés humorístico, fatos político, artístico e esportivo. No dia 30 de março de 2011 é exibido uma entrevista com o deputado Jair Bolsanaro e a mediadora (entrevistadora) Preta Gil. De acordo com

¹⁶¹ Disponível no sítio <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/896285-fui-injustamente-agredi.shtml>

¹⁶² É conhecido “como custe o que custar”.

Melo (1985, p. 49), entrevista é “um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade”.

3. *Breve histórico da análise do discurso*

A gênese da disciplina análise do discurso perpassa por duas figuras eminentes Jean Dubois, lexicólogo, Pêcheux, filósofo atuante em debates em torno do marxismo, da psicanálise e da epistemologia, neste momento, poderia o leitor indagar: “Qual a similitude entre esses dois expoentes?”. Segundo Mussalim (2003, p. 102), “ambos são tomados pelo espaço do marxismo e da política, partilhando convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social”. Por conseguinte, pode-se inferir, de acordo com Mussalim (2003), que o projeto da análise do discurso está inscrito em um objetivo político, e a Linguística, neste contexto, fornece os meios para abordá-la a política.

Para compreendermos o papel da linguística no projeto da AD (análise do discurso), é imprescindível abordarmos o projeto de Althusser (1970) o qual parte do pressuposto de que as ideologias têm uma existência material, isto é, “devem ser estudadas não como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção” (MUSSALIM, 2003, p. 103). Esse pressuposto refere-se ao materialismo histórico que, conforme Pêcheux (1988, p. 74),

objeto real (tanto no domínio das ciências da natureza como no da história) existe independentemente do fato de que ele seja conhecido ou não, isto é, independentemente da produção ou não produção do objeto do conhecimento que lhe corresponde.

Althusser (1970) utiliza a metáfora marxista do edifício social que propugna que a base econômica é cognominada de infraestrutura; as instâncias político-jurídico- ideológicas, superestrutura, com a finalidade de demonstrar que a infraestrutura determina a superestrutura (materialismo histórico), em outras palavras, a base econômica determina o funcionamento das instâncias político-jurídico-ideológicas de uma sociedade. Mussalim (2003, p. 104) salienta que a ideologia

parte da superestrutura do edifício-, portanto, só pode ser concebida como uma reprodução do modo de produção, uma vez que é por ele determinada. Ao mesmo tempo, por uma ação “ação de retorno” da superestrutura sobre a infraestrutura, a ideologia acaba por perpetuar a base econômica que a sustenta.

Por esse viés, podem-se reconhecer os pilares da base estruturalista na teoria de Althusser (1970), na medida em que a infraestrutura e superestruturas estão imbricadas em uma estrutura interna de um sistema fechado sobre si mesmo.

Nessa conjuntura, a linguística desempenha um papel fulcral para o projeto althusseriano¹⁶³, já que a ideologia deve ser analisada em sua materialidade, sendo assim, a linguagem apresenta-se, nas palavras de Mussalim (2003, p. 104), “como o lugar privilegiado em que a ideologia materializa-se”. E ressalta que a linguagem coloca-se “como uma via por meio do qual se pode deprender o funcionamento da ideologia”. Não obstante, nota-se que a linguística saussuriana, a linguística da língua não seria suficiente para compreender os componentes linguísticos e socioideológicos que perpassam as instâncias político-jurídico-ideológicas.

É, neste momento, que surge o projeto de análise de discurso de Michel Pêcheux, que de acordo com Mussalim (2003), estava apoiado em uma formação filosófica a qual lhe possibilita desenvolver um questionamento crítico acerca da linguística, uma vez que propõe uma ruptura epistemológica, colocando o estudo do discurso em outro terreno onde se entrelaçam questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. Assim, pode-se deprender, segundo Maldidier (1994 *apud* MUSSALIM 2003, p. 104) que “o objeto do discurso de que se ocupa Pêcheux em seu empreendimento não é uma simples superação da Linguística saussuriana”. Pode-se corroborar essa assertiva, por meio do pressuposto teórico de Pêcheux que postula que a significação não é sistematicamente compreendida por ser da ordem fala e, por conseguinte, do sujeito, e não da ordem da língua, em virtude de sofrer alterações conforme as posições ocupadas pelos sujeitos que enunciam, uma vez que inscreve os processos de significação como históricos e ideológicos que possibilitam que haja uma convergência entre os componentes linguísticos e socioideológicos.

Além desses dois elementos (marxismo e a linguística) constituintes do quadro epistemológico do surgimento da análise do discurso, devemos mencionar o terceiro elemento: a psicanálise lacaniana a qual exerce um papel fundamental neste momento de estágio inicial de fundação da análise do discurso. Lacan parte da premissa que o inconsciente estrutura-se como uma linguagem, como uma cadeia de significantes que se entrelaçam e interferem no discursivo efetivo, “como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do outro, do inconsciente” (MUSSALIM,

¹⁶³ Projeto althusseriano tinha como premissa, por meio de uma perspectiva marxista, compreender o funcionamento das instâncias político-jurídico-ideológicas tendo como ponto de partida a sua materialidade, isto é, por intermédio das práticas e dos discursos dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE)

2003, p. 107). E salienta que o inconsciente apresenta uma estrutura discursiva, regida por leis, de acordo com Mussalim (2003), essa proposta engendrou implicações ao estudo da psicanálise. A autora evidencia que dentre as implicações a que mais interessa ao estudo da análise do discurso diz respeito ao conceito de sujeito o qual é definido em função da maneira pela qual se estrutura a partir da relação que mantém com o inconsciente, como a linguagem, uma vez que para Lacan “a linguagem é condição do inconsciente”.

Pode-se dizer, em um primeiro momento, que Lacan recorre ao estruturalismo (particularmente a Saussure e a Jakobson), contudo, observam-se pontos em que há discordância entre a trajetória do estruturalismo de Lacan. A primeira divergência está relacionada à inserção do sujeito na estrutura; a segunda, a maneira como é concebida a relação do sujeito com o outro. A inserção do sujeito afeta a estrutura, porque o sujeito é definido por meio da palavra do outro, em outras palavras, um significante do outro, no entanto, por ser um sujeito clivado entre consciente e inconsciente, inscreve-se na estrutura – constituída por relações binárias entre seus elementos – como uma descontinuidade, visto que vem a tona no ínterim existente entre os dois significantes, vem a tona sob as palavras e sob o discurso. Pode-se depreender que Lacan não assume o pressuposto básico do estruturalismo, já que o sujeito é descontinuidade na cadeia significante, desorganizando o conjunto dos significantes.

Ademais, Lacan rompe com os pressupostos de Jakobson ao refutar a premissa de simetria entre os interlocutores, uma vez que o Outro, de acordo com Lacan, ocupa uma posição dominante em detrimento ao sujeito. E pondera que “é uma ordem anterior e exterior a ele, em relação a qual o sujeito se define, ganha identidade” (MUSSALIM, 2003, p. 109).

Segundo Mussalim (2003, p. 110), o sujeito lacaniano clivado, porém estruturado a partir da linguagem “fornecia para a Análise do Discurso uma teoria de sujeito condizente com um de seus interesses centrais, o de conhecer os textos como produtos de um trabalho ideológico não consciente”. Dessa forma, o sujeito do discurso não decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas de seu discurso, no entanto, “ocupa um lugar social e partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras” (MUS-SALIM, 2003, p. 110).

Mussalim (2003) pondera que “o sentido de uma formação discursiva depende da relação que ela estabelece com as formações discursivas no interior do espaço do interdiscursivo”, lócus em que diversos discursos perpassam a formação discursiva e formam-se de maneira regulada no interior do interdiscurso. E autora menciona que a heterogeneidade constitutiva do discurso impossibilita a formação de um espaço estável e homogêneo, por outro lado, segundo Mussalim (2003, p. 131)

não o redime de estar inserido em um espaço controlado, demarcado pelas possibilidades de sentido que a formação ideológica pela qual é governado lhe concebe. Uma formação discursiva, apesar de heterogênea, sofre coerções da formação ideológica em que esta inserida. Sendo assim, as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estão previstas, porque o espaço interdiscursivo se caracteriza pela defasagem entre uma formação discursiva.

E ressalta que “para a análise do discurso, o que está em questão não é o sujeito em si; o que importa é o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos” (MUSSALIM, 2003, p. 131). O conceito de sujeito em AD pode ser observado nas respectivas fases: primeira, segunda e terceira. O sujeito, na primeira fase da AD, é concebido como sendo assujeitado, visto que está subjugado às regras específicas que delimitam o discurso que enuncia. De acordo com essa concepção quem fala de acordo com Possenti apud Mussalim, 2003, p. 133 “é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia”; na segunda fase, o sujeito desempenha múltiplos papéis em conformidade com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo, ou seja,

o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social (o lugar do professor do político, por exemplo), que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali (MUSSALIM, 2003, p. 133).

Pode-se depreender que, nesta segunda fase, o sujeito é dominado por uma determinada formação ideológica que pré-determina as possibilidades de sentido de seu discurso. Na terceira fase, o sujeito é heterogêneo, clivado, dividido, em virtude de um discurso com a rubrica da heterogeneidade, deve-se enfatizar que o eu perde sua centralidade, deixando de ser o senhor de si, uma vez que o desconhecido – o outro / inconsciente – passa a fazer parte de sua identidade. Sendo assim, nas palavras de Mussalim (2003, p. 134), “o sujeito é um sujeito descentrado, que se define agora como sendo a relação entre o eu e outro”.

Authier-Revuz (1982 *apud* MUSSALIM 2003, p. 134) argumenta que

a heterogeneidade mostrada é uma tentativa do sujeito de explicitar a presença do outro no fio discursivo, numa tentativa de harmonizar as diferentes vozes que atravessam o seu discurso, numa busca pela unidade, mesmo que ilusória.

Nota-se, após a apresentação do conceito de sujeito nas respectivas fases da análise do discurso, que há um fator em comum entre elas: o sujeito não é o senhor de seu destino de sua vontade, já que temos um sujeito que sofre as coerções de uma formação ideológica e discursiva ou temos um sujeito subjugado a sua própria natureza inconsciente.

4. Condições de produção

4.1. Mito da democracia racial

A ideia de um país sem uma linha de cor “deu origem à construção mítica de uma sociedade sem preconceito racial ou discriminação”. (Guimarães, 2003).

Eminentes teóricos como Gilberto Freyre e Donald Pierson descreveram, em suas obras, a existência de uma reciprocidade simbiótica entre os grupos étnicos no Brasil colônia e um sistema de melhoramento, onde os negros poderiam tornar-se brasileiros. Deve-se frisar que esses e outros teóricos, que perpassam a história, escreveram acerca de raça e relações raciais no Brasil são homens brancos e, por isso, podemos considerar que suas análises, conforme Rousseau e Reese (2009, p. 116), “são enviesadas e carregam em si um viés potencialmente propagandista”. Na verdade, a obra desses autores suscita concepções que analisam as condições sociais de maneira que tendem a classificar os afro-brasileiros como “outros”, enquanto defendem/asseveram que não existe raça no Brasil.

Em detrimento do pensamento generalizado de que o Brasil criou uma democracia racial, em virtude da presumida inexistência de uma linha de cor no país, os brasileiros são, na verdade, “diferenciados e definidos pela sociedade com base na tonalidade de sua pele, tal como em países que também foram colonizados por portugueses, como Cabo Verde na África”. (ROUSSEAU & REESE, 2009, p. 119). Sob a rubrica da democracia racial, os grupos dominantes, no Brasil, perpetuam e legitimam o racismo, segundo Leone, Roche e Barbiarz (2005, p. 589), “nos níveis local e estadual ao identificar diferenças e justificar a desigualdade como algo cultural e econômico em vez de racial”. Leone, Roche e Barbiarz (2005, p. 589/590) ressaltam que “a democracia racial constrói um tipo de racismo que desconhecido e despercebido por muitos brasileiros e

contra o qual é difícil de lutar, na medida em que ele tenta apagar a cor da pele como um significante social”.

A democracia racial, na contemporaneidade, é posta em xeque, no entanto, existe uma ampla defesa a seu favor. Rousseau e Reese (2009, p. 122) argumentam “que a ideia da democracia racial está tão arraigada na cultura brasileira que muitos simplesmente desprezam o fato de que racismo existe”. Tais pessoas optam por simplesmente assumir o que cognominamos a capa da invisibilidade, esta possibilita ao cidadão esconder inclusive de si mesmo a sua real condição no continuum racial de cores.

É relevante apontar que essa ambiguidade racial permite ao cidadão continuar, psicologicamente, invisível para si mesmo de maneira a ignorar as diferenças sociais, construídas com base na aparência. Esse processo impele o cidadão a não perceber, segundo Rousseau e Reese (2009, p. 122/123), “fatos presentes na maioria das sociedades, especificamente os relacionados às hierarquias nas distinções de raça e classe”.

Por conseguinte, pode-se inferir que a democracia racial, enviesada pela capa da invisibilidade, “tornou-se a fachada de uma cegueira articulada nacional em relação às diferenças raciais no Brasil”. (ROUSSEAU & REESE 2009, p. 122/123). Esse contexto implicou aos negros brasileiros a ausência de liberdade, de reconhecimento da sua condição em relação à nacionalidade brasileira, uma vez que os negros sofrem os antagonismos de um racismo escamoteado, à medida que são motivados/estimulados a refutar, a desprezar e a não reconhecer sua origem e seu pertencimento étnico-racial, ao mesmo tempo em que sofrem o racismo. Juntamente a essa construção ideológica da democracia racial, o Brasil, ao pretender substituir a identidade racial por uma cultura nacional, “falhou em erradicar o racismo e logrou envergonhar, corromper e oprimir a cultura afro-brasileira”. (ROUSSEAU & REESE, 2009, p. 135).

Além disso, o mito da democracia racial, conforme Munanga (2004, p. 25), bloqueou, durante anos, o debate acerca das políticas de ação afirmativa e, paralelamente, “o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro”.

4.2. Mídia e racismo no Brasil

Discutir as dinâmicas da mídia perante as questões de raça e etnicidade é, em grande medida, discutir as matrizes do racismo no Brasil. (RAMOS, 2002, p. 07)

Segundo Ramos (2002), o espaço mediático desempenha um papel fulcral na produção e manutenção do racismo, por intermédio dos meios de comunicação, particularmente dos meios de massa: televisão, rádio e internet, lócus em que as desigualdades raciais são naturalizadas, banalizadas e várias vezes racionalizadas. Ramos (2002, p. 08) salienta que “em que grande medida, por meio da mídia de massas as representações raciais são atualizadas e reificadas. E dessa forma “coisas” circulam mais ou menos comuns a toda a sociedade e como ideias mais ou menos sensatas”.

Nesse simulacro de naturalização, banalização das relações raciais no Brasil, cabe a nós – cidadãos afro-brasileiros – sermos cômicos de que o racismo, de acordo com Munanga (2004), na sociedade contemporânea, não prescinde mais do conceito de raça ou da variante biológica, visto que o racismo reformula-se alicerçado nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, não obstante, as vítimas são as mesmas de outrora e as raças de outrora são as etnias de hoje. Munanga (2004, p. 30) pondera que:

o que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto. E por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e antirracistas. Constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses.

Tal jogo de interesse possibilita-nos a observar, na sociedade brasileira contemporânea, que o racismo manifesta-se, geralmente, em conjunturas de forte desigualdade hierárquica que engendra, de acordo com Guimarães (2004), uma combinação de discriminação com base nos estereótipos mais irracionais juntamente com as desigualdades sociais extremas que legitimam a rubrica característica ao nosso sistema de relações raciais que favorece a invisibilidade de sua própria natureza perversa. Guimarães (2004, p. 13) assevera que “a discriminação em nosso país vem sempre acompanhada pela arbitrariedade e pela violência aos mais elementares direitos de cidadania”.

4.3. Estereótipo da mulher negra na sociedade brasileira

O estereótipo parte de uma generalização apressada: toma-se como verdade universal algo que foi observado em um só indivíduo. Conheci um gordo que era preguiçoso, um judeu desonesto e um negro ignorante, por exemplo, e generalizo, afirmando que “todo gordo é preguiçoso, “todo judeu é desonesto” e “todos os negros são inferiores aos brancos. (BERND, 1984, p. 11)

Segundo Bernd (1984, p. 11), “a construção do estereótipo pode se dar por ignorância ou quando há um objetivo de dar como verdadeiro algo que é falso, com a finalidade de tirar proveito da situação”. Pode-se corroborar a assertiva de Bernd, ao observarmos na história do Brasil, a construção do estereótipo da mulher negra como promiscua, lasciva para justificar o erotismo, a luxúria, a depravação sexual dos portugueses. Justifica-se essa assertiva, ao notarmos que Gilberto Freyre (apesar de defender a democracia racial no Brasil e de ser relativista em suas posições) em sua obra *Casa-Grande Senzala*, tenta desmistificar o estereótipo da mulher negra postulando que:

a ideia vulgar de que a raça negra é chegada, mais do que as outras a excessos sexuais, atribui-a Ernest Grawley ao fato do temperamento expansivo dos negros e do caráter orgiástico de suas festas criarem a ilusão de desbragado erotismo. Fato que “indica justamente o contrário”, demonstrando a necessidade, entre eles, de “excitação artificial”. Havelock Ellis coloca a negra entre as mulheres antes frias do que fegosas: “*indiferentemente* aos refinamentos do amor”. (FREYRE, 2006, p. 398)

E complementa que

não eram as negras que iam esfregar-se pelas pernas dos adolescentes louros; estes é que, no sul dos Estados Unidos, como nos engenhos de cana do Brasil os filhos dos senhores, criavam-se desde pequenos para ganhões. Ao mesmo tempo em que as negras e mulatas para “ventres geradores”. “Slaves women were taught”, escreveu Calhoun, “that it was their duty to have a child once a year, and that it mattered little who was the father”. (FREYRE, 2006, p. 461)

Entretanto, na contemporaneidade, permanece na mídia brasileira os resquícios do constructo cultural legitimado pelas autoridades do nosso país que reafirmam as memórias de uma classe dominante do período que autodenominava as mulheres como objetos sexuais e reprodutoras de mão de obra para os engenhos de açúcar. Tal legitimação ocorre pela vinculação excessiva das mulheres negras na época do carnaval e em folder de turismo, feitos pelas agências de viagens ou de publicidade para divulgar os prazeres da cultura brasileira e pela mídia das telenovelas que

reforça os aspectos servil das mulheres negras na sociedade, desta maneira, podemos depreender que “os meios de comunicação são, por assim dizer, um caso-modelo de reprodução das nossas relações raciais”. (RAMOS 2002, p. 08)

O corpo, nesse contexto, deve ser compreendido, por meio de uma perspectiva antropológica, pois possibilita-nos compreender o significativo corpo para além de sua fisicalidade orgânica e plástica, mas sobretudo “como uma construção cultural, sempre ligado a visões de mundo específicas. As singularidades culturais são dadas também pelas posturas, pelas predisposições, pelos humores e pela manipulação de diferentes partes do corpo”. (GOMES, 2011, p. 11)

4.4. Identidade cultura do afro-brasileiro

Identidade cultural constrói-se com base na tomada de consciência das diferenças provindo das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais etc. delinham-se assim como Brasil diversos processos de identidade cultural, revelando um certo pluralismo tanto entre negros, quanto entre brancos e entre amarelos, todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais (MUNANGA, 2004, p. 32)

Segundo Gomes (2011) a identidade cultura do afro-brasileiro, na sociedade contemporânea multifacetada em termos étnico-racial, deve ser compreendida como um processo construído historicamente e, por isso, deve-se atentar ao fato de que nossa sociedade padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Gomes (2011, p.03) assevera que “como qualquer processo identitário, ela se constrói com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo”. Jacques d’Adescky (2001) salienta que a identidade para se compor como realidade prescinde de uma interação, visto que a ideia de que o negro faz de si mesmo, do seu interior – eu – é mediada pelo reconhecimento auferido pelos outros em decorrência de sua ação.

Nesse processo de mediação, a linguagem exerce um papel imprescindível. Foucault (1986) consciente da importância da linguagem propõe, em sua obra *Arqueologia do poder*, o termo modalidades discursivas com a finalidade conceptualizar as maneiras sob as quais a linguagem aparece em espaços e épocas, possibilitando-nos a arguir os seguintes questionamentos: quem pode falar?; de que lugar fala?; que relações estão em jogo entre, de um lado, a pessoa que está falando e o objeto do qual ela fala e, de outro, aqueles que estão sujeitos à sua fala?, já que a

linguagem não pode ser reduzidas a categorias linguísticas. Foucault (1986, p. 61) ressalta que tais indagações não têm a finalidade de unificar o sujeito nem construí-lo como uma sequência de seus efeitos, mas “trata-se de uma questão dos diversos status, dos diversos lugares que devem ser ocupados em regimes particulares para que algo se torne dizível, audível, operável”. Por conseguinte, as relações entre os signos são sempre reunidas no interior de outras relações.

Por esse viés, podemos depreender que a construção da identidade da cultura afro-brasileira, não recebe sentido pelo discurso, mas é inteiramente constituído pelo discurso, o qual é enviesado por relações de poder, por conflitos, por tensões que implicam a população negra brasileira a construção de uma identidade fragmentada vivida pelo negro, uma vez que, ao longo da história, as classes dominantes sempre manipularam as relações raciais no Brasil, com a finalidade de apagar os sinais diacríticos da cultura negra: língua, território, cultura no processo de formação da sociedade brasileira.

5. *Análise do corpus*

No dia 30 de março de 2011, deparei-me com o gênero entrevista. De acordo com Melo (1985, p. 49), entrevista é “um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade”.

Situando o *corpus*

Entrevistadora (Preto Gil): **Qual seria sua reação se seu filho se apaixonasse por uma negra?**

Entrevistado (Deputado): **Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados. E não viveram em ambiente como lamentavelmente é o teu.**

Partindo da premissa que ambos se constituem como sujeitos do discurso como seres heterogêneos, clivados, divididos, em virtude de que o eu perde sua centralidade, deixando de ser o senhor de si, uma vez que o desconhecido – o outro / inconsciente – passa a fazer parte de sua identidade. Logo, “o sujeito é um sujeito descentrado, que se define agora como sendo a relação entre o eu e outro” (MUSSALIM, 2003, p. 134). Nesse embate, as falas dos interlocutores perpassam pelo interdiscurso

no momento da cenografia, possibilitando ao analista do discurso desvelar o ethos dos enunciadorees no momento do ato enunciativo.

Deve se ressaltar que essa premissa é imprescindível, porque não partiremos da formação discursiva de origem (classe social, partido político) que está atrelada a Preta Gil e ao deputado Jair Bolsonaro, visto que a análise tornar-se-ia restrita e perderia sua heterogeneidade constitutiva no discurso, porque temos consciência de que o lugar que o enunciador ocupa leva-nos compreender, de acordo com Mussalim (2003, p. 133), como uma “representação de traços de determinado lugar social que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali”, deste modo, estaria sendo analisado um discurso onde o sujeito é dominado por uma determinada formação ideológica que pré-determina as possibilidades de sentido do discurso em análise, ao contrário, o nosso objetivo é buscar o sentido da formação discursiva que se constrói no momento da enunciação (sendo cõscio de que todo discurso é permeado por escolhas, por coerções e por relações de poder que não impedem o sujeito de se posicionar no discurso) possibilitando-nos não só compreender a heterogeneidade constitutiva que perpassa a entrevista, mas também desvendar o ethos que se constitui no ato enunciativo.

A entrevista é um momento em que o entrevistador usa sua intencionalidade para desnudar o subjacente da personalidade de seu entrevistado, Preta Gil não fez diferente, uma vez que seu questionamento “Qual seria a reação se seu filho se apaixonasse por uma negra?” foi ao encontro de uma problemática vivenciada pela população negra: o preconceito, a discriminação a despeito das relações inter-raciais, apesar de um ser um país que se valorize a miscigenação e, ao longo da história, usa o invólucro da “democracia racial”.

O ato enunciativo do interlocutor é iniciado por um vocativo, com a finalidade de asseverar sua relação de superioridade, visto que em seguida utiliza um advérbio de negação que impossibilita qualquer negociação no embate em questão ao dizer “não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja”. Nesse momento, observa-se que essa frase é perpassada por um discurso que reafirma o constructo cultural da promiscuidade da mulher negra, construída no século XIX, pelos portugueses para justificar sua depravação e luxúria. Segundo Mainguenau (2004, p. 33), essa interpretação é possível, já que não buscamos marcas linguísticas e tampouco apreender sequências delimitadas que demonstram claramente sua alteridade, mas uma heterogeneidade constitutiva “que a-

marra, em uma relação inextricável, o mesmo do discurso e seu outro” em um processo permeado pelo interdiscurso.

O deputado Jair Bolsonaro para manter sua legitimidade de superioridade para reafirmar sua posição diz “Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados”, novamente utiliza o advérbio de negação com a intencionalidade de sucumbir qualquer refutação e para manter certo distanciamento da entrevistadora, já que ressalta que “não corro esse risco”, subentende-se que pertence a uma classe social dominante que legitima a sua posição em relação ao imaginário da promiscuidade da mulher negra e de sua inferioridade em termos econômico, social e educacional, ao concluir a frase dizendo que “meus filhos foram muito bem educados”, este excerto deixa de forma inteligível a perversidade de que o mito da democracia racial engendrou, em nosso país, o bloqueio do debate sobre as políticas de ação-afirmativa e paralelamente, do mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional), *que* segundo Munanga (2004, p. 25), “atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro”. Essa assertiva é corroborada com o fato de que o afro-descendente ainda encontra dificuldades para se manter no ambiente escolar desde a o ensino fundamental até o ensino superior, apesar do pequeno progresso com a política de ação afirmativa nas Universidades Federais.

O deputado insiste até o final da entrevista em manter seu posicionamento de superioridade, pois utiliza o advérbio de negação para refutar qualquer questionamento ou posicionamento de sua interlocutora, ao proferir “E não viveram em ambiente como lamentavelmente é o teu”. O entrevistado, nesse momento, não ofende apenas a Preta Gil, mas toda a população negra brasileira, por aflorar de forma voraz o seu estereótipo racista da população negra brasileira: analfabeta, marginalizada, promiscua, ladina e preguiçosa, esta rubrica é observada uma vez que, conforme Mainguenu (2004), o outro não é um fragmento que pode ser localizado como uma citação ou uma entidade exterior e também não prescinde de uma localização por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Mainguenu (2004, p. 39) salienta que o outro

encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é o momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma”, este fato possibilita o “caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso.

Por conseguinte, pode-se desvelar que o ethos da Preta Gil, que se constitui no ato enunciativo, é a da mulher negra brasileira, estigmatizada

por meio de uma memória oficial que a impossibilita mostrar a força, a coragem e sua relevância no processo de formação da sociedade brasileira, em virtude de uma construção histórica que valorizou corpo em sua organicidade, plasticidade e fisicalidade para justificar seus interesses, em detrimento do conceito de corpo que não se restringe a uma entidade biológica, mas sobretudo, “como uma construção cultural, sempre ligado a visões de mundo específicas, pois as singularidades culturais são dadas também pelas posturas, pelas predisposições, pelos humores e pela manipulação de diferentes partes do corpo”. (GOMES, 2011, p. 11)

Por outro lado, o deputado Jair Bolsonaro, neste ato enunciativo, propugna e dissemina o racismo, alicerçado na pseudopremissa da democracia racial, que implica a população negra, na sociedade contemporânea, a ausência de liberdade de privilegiar sua condição em relação à nacionalidade brasileira, uma vez que sofre as antonímias de um racismo escamoteado, à medida que são estimulados a refutar, a desprezar a raça, ao mesmo tempo em que sofrem o racismo.

6. Considerações finais

Segundo Souza (1990), o negro no Brasil não nasce negro torna-se, para compreendermos essa frase, devemos ter consciência de nossos sinais diacríticos e nosso papel na sociedade para não sucumbirmos nos valores culturais, que nos guiam e fortalecem-nos desde a diáspora e, assim, tornamo-nos negros cômicos de nosso papel e de nossa relevância para a sociedade em que vivemos.

Tal consciência é fulcral para percebermos que as relações raciais no Brasil ainda persistem no “mito da democracia racial” como uma forma de manter o silêncio de um processo de aculturação, embasado na violência, na crueldade e na desvalorização da cultura afro-brasileira para a formação da sociedade, visto que o negro é banalizado nos meios de comunicação e, além disso, a sua ausência nos espaços midiáticos para demarcar sua identidade em um país que defende a diversidade étnico-cultural. Ramos (2002, p.08) reafirma minhas inferências ponderando que “os meios de comunicação são, por assim dizer, um caso-modelo de reprodução das nossas relações raciais”.

Nesse contexto, cabe a nós – cidadãos afro-brasileiros – tomarmos consciência de que a identidade do ser negro é fragmentada, em virtude de um processo de desconstrução de nossos valores ao longo dos anos, de

uma construção histórica onde se prevaleceu a voz de um único grupo- o dominante- para construção de uma identidade nacional que estivesse em conformidade com seus objetivos.

Dessa forma, pode-se ressaltar que esse artigo teve como premissa não só mostrar à sociedade brasileira do século XXI que o discurso do mito da democracia racial, produto do constructo de uma identidade nacional, ainda se faz presente no cotidiano do povo brasileiro por meio intermédio da articulação alicerçada em uma dicotomia: visibilidade versus invisibilidade do negro na mídia brasileira, mas também dar voz a quem nunca teve a oportunidade de expressá-la, com a finalidade de legitimar a relevância da cultura população negra para a formação da sociedade brasileira e, por fim, romper com o paradigma que insiste, de forma brutal e articulada coexistir: estereótipo da mulher negra no cenário da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERND, Z. *O que é negritude*. São Paulo: editora Brasiliense 1984.
- D'ADESKY, Jacques. *Racismos e antirracismos no Brasil: pluralismo étnico e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- GOMES, N. L. *Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/showprod.php?id=243>>. Acesso em: 10-10-2011.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Preconceito e discriminação*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2004.
- _____. Racial insult in Brazil. *Discourse and Society*, 2003.
- LEONE, M. P.; ROCHE, C. J. L.; BARBIARZ, J. J. The archaeology of Black American in recent times. *Annual Review of Anthropology*, Editora 34, 2005, p. 589/590.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

- MELO, J.M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos Penesb*, Niterói: UFF, nº 5, 2004. p. 15/34.
- MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínio e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 101-142.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988, p.74.
- POE, E. A. O homem da multidão. In: _____. *Os melhores contos de Edgar Allan Poe*. Trad. Oscar Mendes e Milton Amado. 3 ed. São Paulo: Globo, 1999.
- ROUSSEAU, N; REESE, L. T. L. Branqueamento uma nação para civilizá-la: fragmentando o mito da raça no Brasil. In: VIEIRA, V. R.; JOHNSON, J (Orgs.). *Retrato e espelho: raça e etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo: FEA/USP, 2009.
- RAMOS, S. *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas 2002.
- SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, vol. 11, nº 02. Rio de Janeiro, out. 2005.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.